



Líderes de esquema criminoso são presos pela PCMG em Ituiutaba

Três homens e duas mulheres, apontados como lideranças de um esquema criminoso de compra e venda de produtos de origem ilícita, comercializados em lojas física e virtuais como sendo de procedência regular, foram presos pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), nessa quinta-feira (29/6), em Ituiutaba, Triângulo Mineiro. O grupo é investigado pelos crimes de organização criminosa, estelionato, receptação e lavagem de dinheiro.

O trabalho investigativo, conduzido pela equipe da Delegacia Regional de Polícia Civil em Ituiutaba, teve início em abril de 2022 a partir de uma expressiva apreensão de mercadorias sem comprovação de idoneidade. Ao longo das apurações, os policiais civis chegaram a recolher mais de 38 mil itens, de diferentes tipos, em depósitos ligados aos alvos. Os materiais variavam de produtos médico-hospitalares até pneus e tintas.

Esquema

De acordo com as investigações, uma empresa da cidade, com CNPJ, adquiria mercadorias fruto de estelionato e as revendia em estabelecimento físico, além de plataformas digitais, como sendo lícitas. Os levantamentos indicam que o proprietário da loja agia como um grande receptor de vários estelionatários da região. Inclusive, durante as apurações, foram identificadas vítimas, até de outros estados, que teriam tido seus dados usados para compras fraudulentas – produtos esses que alimentavam os estoques do empreendimento.

Também foi identificada a participação do grupo investigado em licitações de prefeituras da região, em especial no período de pandemia da Covid-19, nas quais concorria e teria se habilitado, por exemplo, para o fornecimento de itens de saúde e material de higiene básica. Foi observado ainda que os processos licitatórios chegavam a nortear as compras dos produtos de crime para concorrer ao certame.

Desdobramento

A partir dos elementos arrecadados na investigação, que contaram ainda com a colaboração do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro da PCMG, vinculado à Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP), que contribuiu, entre outros dados, para análise de movimentação financeira dos alvos, a Polícia Civil representou ao Judiciário pela prisão preventiva dos investigados.

Dos cinco presos, há dois casais, que, conforme apurado, as esposas “lavavam” o dinheiro dos maridos, como forma de dar aparência lícita aos negócios. Houve, ainda, a prisão de um suspeito de ser o dono real da loja física, a qual ele nega ser o proprietário e foi preso no estabelecimento – uma das estratégias do grupo, segundo identificado, era trocar a propriedade para evitar a ação de fiscalização dos órgãos de controle.

Após os trabalhos de polícia judiciária, os investigados detidos na operação de ontem foram encaminhados ao sistema prisional e se encontram à disposição da Justiça.